



PODER

Alerta internacional para ameaça à democracia

A Human Rights Watch diz que Bolsonaro tenta minar a confiança no sistema eleitoral e pede que as instituições brasileiras protejam o direito ao voto. Organização também acusa o governo de dificultar o combate à pandemia e ao desmatamento

» JORGE VASCONCELLOS

A organização internacional Human Rights Watch (HRW) lança, hoje, o Relatório Mundial de Direitos Humanos 2022, que resume a situação em mais de 100 países e destaca as ameaças às eleições de outubro no Brasil. No documento, a entidade faz um apelo para que “as instituições democráticas protejam os direitos ao voto e à liberdade de expressão de qualquer tentativa de subversão do sistema eleitoral ou de enfraquecimento do Estado democrático de direito e das liberdades fundamentais pelo presidente Jair Bolsonaro”.

Com 752 páginas, o relatório expõe o impacto de políticas do governo na resposta à pandemia da covid-19, no desmatamento e nos direitos dos povos indígenas, das mulheres e das pessoas com deficiência, entre outros.

Num dos trechos, a diretora da instituição no Brasil, Maria Laura Canineu, destaca as situações de risco vividas pela democracia brasileira em 2021. “O presidente Bolsonaro tentou enfraquecer os pilares da democracia, atacando o Judiciário e repetindo alegações infundadas de fraude eleitoral”, diz. “Com a proximidade das eleições presidenciais de outubro, o Supremo Tribunal Federal (STF), o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o Ministério Público Federal, o Congresso e outras instituições democráticas devem permanecer vigilantes e resistir a qualquer tentativa do presidente Bolsonaro de negar aos brasileiros o direito de eleger seus líderes”, prossegue Maria Laura.

A organização afirma que “as eleições presidenciais e parlamentares testarão a força da democracia brasileira diante das ameaças do presidente Bolsonaro, um fervoroso defensor da brutal ditadura militar brasileira (1964-1985)”. O relatório acrescenta: “Em setembro, assistimos à sua mais recente tentativa de intimidar o Supremo Tribunal Federal — que supervisiona investigações sobre sua conduta. Ele fez afirmações falsas que parecem destinadas a minar o respeito pelos resultados das eleições democráticas”.

De acordo com o organismo internacional, o governo Bolsonaro também buscou investigações criminais contra pelo menos 17 críticos, inclusive usando a Lei de Segurança Nacional da ditadura militar. “Embora muitos dos casos tenham sido

arquivados, essas ações passam a mensagem de que criticar o presidente pode resultar em perseguição”, diz o relatório. Além disso, lembra a organização, o Congresso não revogou os dispositivos do Código Penal que punem com detenção os crimes contra a honra “e podem, da mesma forma, ser usadas para sufocar a liberdade de expressão”.

A Human Rights Watch destaca, ainda, que Bolsonaro também tem bloqueado veículos de imprensa, organizações da sociedade civil e outros usuários das suas contas nas redes sociais, espaços que ele utiliza para compartilhar informações ou discutir assuntos de interesse público.

Em outro ponto, a organização internacional cobra da Procuradoria-Geral da República (PGR) que examine o relatório final da CPI da Covid “com muita seriedade” e ofereça “denúncias quando as evidências justificarem”. O relatório cita que a comissão “revelou que a resposta desastrosa do governo à pandemia colocou em risco a saúde e a vida dos brasileiros, inclusive ao desconsiderar medidas científicas para conter o vírus e promover medicamentos sem eficácia comprovada”.

Violência

A organização internacional lembra que, em 2020, o Brasil atingiu o maior número de mortes decorrentes de intervenção policial desde que o indicador passou a ser monitorado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Cerca de 80% das vítimas eram negras. “No Rio de Janeiro, a polícia desrespeitou uma ordem do STF, que proibiu operações policiais em comunidades durante a pandemia, exceto em casos ‘absolutamente excepcionais’, diz a HRW, que acusa Bolsonaro de encorajar a violência policial e de defender projeto de lei para dificultar a responsabilização dos agentes de segurança por abusos.

Em outro trecho, Canineu acusa o presidente de promover a degradação ambiental e o desrespeito aos direitos da população indígena. “Em resposta à grande indignação nacional e internacional, o governo Bolsonaro se comprometeu a proteger a floresta, mas os dados oficiais mostram que essas promessas são vazias”, diz. Procurada, a Secretaria Especial de Comunicação do Governo Federal não deu retorno.

Isaac Nóbrega/PR



De acordo com a HRW, o chefe do Executivo brasileiro também promoveu o desrespeito aos direitos da população indígena



As eleições presidenciais e parlamentares testarão a força da democracia brasileira diante das ameaças do presidente Bolsonaro, um fervoroso defensor da brutal ditadura militar brasileira (1964-1985)”

Trecho do relatório da entidade

Regalia nas viagens de ministros

» LUANA PATRIOLINO

O presidente Jair Bolsonaro (PL) editou decreto que permite ministros viajarem de classe executiva em voos internacionais. Servidores de cargos de confiança de alto nível da administração federal também foram contemplados com a medida. No total, são 520 pessoas beneficiadas. O decreto foi publicado, ontem, no *Diário Oficial da União*. Segundo o texto, o bilhete em classe executiva poderá ser adquirido se o voo internacional for superior a sete horas, quando o passageiro for ministro de Estado ou servidor ocupante de “cargo em comissão ou de função de confiança de nível FCE-17, CCE-17 ou CCE-18 ou equivalentes”.

O documento é assinado por Bolsonaro e pelo ministro da Economia, Paulo Guedes. Por meio de nota, a Secretaria-Geral da Presidência disse que o objetivo é “mitigar o risco de restrições físicas e de impactos em

saúde dos agentes públicos”. O Executivo afirmou, ainda, que o voo na classe executiva atenua “eventuais efeitos colaterais em face de déficit de ergonomia” que os ministros e servidores encontrariam na classe econômica.

Passagem na classe executiva costuma custar três vezes o valor da econômica. O economista Gil Castello Branco, secretário-geral da Associação Contas Abertas, frisou ser cada vez menor a necessidade de viagens de servidores para o exterior. “O presidente está preocupado com o conforto de uma cúpula do funcionalismo público neste ano eleitoral. A própria pandemia nos mostrou que é possível tratar de assuntos profissionais sem estar presente fisicamente”, argumentou.

Para o especialista, o decreto pode fazer com que cresça o número de pedidos de viagens para servidores e ministros. “Podemos assistir a um aumento da quantidade das diárias de

valores pagos em função dessa facilidade do servidor de viajar para o exterior na classe executiva e usufruindo das diárias”, observou. A medida derruba decreto de 2018, editado pelo então presidente Michel Temer, segundo o qual servidores só viajariam para o exterior em classe econômica.

Parlamentares usaram as redes sociais para criticar. “Bolsonaro acaba de liberar classe executiva a seus ministros e servidores em voos para o exterior. (...) A mamata não acabou”, escreveu a deputada Sâmia Bomfim (PSol-SP). O deputado Paulo Ganime (Novo-RJ) postou: “Mais uma decisão na contramão do que o país precisa, o presidente aumenta mais uma vez os privilégios da classe política. Precisamos de economia, de corte de privilégios, de acabar com o fundão, com as emendas parlamentares. Essa deveria ser a prioridade!”

José Cruz/Agência Brasília



A atuação dos ministros do Supremo incomoda o presidente

Barroso e Moraes são alvo, de novo, do presidente

» INGRID SOARES

O presidente Jair Bolsonaro (PL) voltou, ontem, a atacar os ministros Luís Roberto Barroso e Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF). “Quem é que esses dois pensam que são? Vão tomar medidas drásticas dessas, ameaçando, cassando liberdades democráticas nossas, liberdade de expressão, porque eles querem assim, porque eles têm um candidato. Os dois, nós sabemos, são defensores do Lula. Querem o Lula presidente”, acusou, citando o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, líder das pesquisas de

intenção de voto para o Planalto. Moraes é relator de quatro dos cinco inquéritos contra Bolsonaro em andamento no STF. Já Barroso é presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), onde o chefe do Executivo também é alvo de inquérito.

Questionado sobre um artigo no qual Barroso fala sobre o surgimento de milícias no meio virtual e de “terroristas verbais” que atacam a democracia, Bolsonaro rebateu em tom sarcástico. Disse que o magistrado “entende de terrorismo” por ter atuado como advogado do italiano Cesare Battisti.

“De terrorismo, ele entende. Ele defendeu o terrorista Cesare

Battisti. É um direito dele defender terrorista? É um direito. Um advogado tem direito de defender qualquer pessoa, (mesmo) que seja um pedófilo. Eu não defendo”, continuou.

Bolsonaro também negou ter espalhado fake news. “Qual o crime que eu cometi, senhor Luís Roberto Barroso? Que crime eu cometi? Quais as fake news que eu pratiquei? Falam que tem um gabinete do ódio, me apresente uma matéria que seria do gabinete do ódio”, desafiou.

Ele ainda criticou uma declaração de Moraes, feita durante julgamento em outubro, quando o TSE arquivou ações pedindo

a cassação da chapa Bolsonaro-Mourão por propagação de disparo em massa de notícias falsas na corrida eleitoral de 2018. De acordo com o magistrado, a punição contra fake news será a “cadeia”. O presidente afirmou que o ministro agiu “fora das quatro linhas” da Constituição.

“Fui julgado no TSE, a chapa Bolsonaro e Mourão, no final do ano passado, e lá foi a vez do senhor Alexandre de Moraes falar claramente: ‘Houve, sim, fake news. Houve disparo em massa. Sabemos. No ano que vem, se tiver, vamos cassar o registro e prender o candidato’. Olha, isso é jogar fora das quatro linhas.”